

O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS TRANSGÊNEROS DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

THE ROLE OF THE SCHOOL PSYCHOLOGIST IN THE INCLUSION PROCESS OF TRANSGENDER STUDENTS IN BRAZILIAN BASIC EDUCATION

Ana Valbia Estanislau Ferreira¹
Emilene de Assunção Matos Oliveira²
Jailton Pereira da Silva³
Roberta Lia Feitosa Brito⁴
Iasminny Loiola Teixeira⁵

RESUMO

Objetivou-se neste estudo discutir acerca do papel do psicólogo no processo de inclusão escolar de alunos transgêneros da educação básica brasileira, sob a luz da psicologia escolar, através de uma revisão integrativa de literatura. A partir das abordagens dos autores Butler, Nery, Franco e outros, discutimos sobre conceito de gênero, sobre a atuação do psicólogo neste contexto, sobre direitos constitucionais, sobre a violência praticada contra a população LGBTQIAP+, a fim de estudar, conhecer e explorar as políticas educacionais de inclusão e integração no ambiente escolar desta população. Constatou-se, por meio desta pesquisa, que, apesar de existirem políticas LGBTQTs, elas estão majoritariamente voltadas ao público adulto. Em função disso, não se fomenta a criação de políticas para o grupo estudantil que se insere na educação básica, que sofre exclusão e preconceito nas escolas, o que desencadeia o processo de evasão escolar pela falta de integração. Ao longo do estudo, foi perceptível que é impossível mensurar o sofrimento e a angústia que assola os alunos transgêneros dia após dia no ambiente escolar. Diante do exposto, o psicólogo escolar pode atuar como rede de apoio e acolhimento para estes jovens, promovendo ações que viabilizem essa inclusão e o mínimo de conforto para os alunos trans, visto que a maioria se encontra em uma situação de sofrimento psíquico devido às muitas adversidades que são citadas ao longo do estudo.

Palavras-chave: Transexualidade. Inclusão escolar. Educação. Psicologia escolar.

¹ Acadêmica de graduação em Psicologia do Centro Universitário Ateneu – Unidade Grand Shopping. E-mail: anavalbia2018@gmail.com

² Acadêmica de graduação em Psicologia do Centro Universitário Ateneu – Unidade Grand Shopping. E-mail: emileneamatosoliveira@gmail.com

³ Acadêmico de graduação em Psicologia do Centro Universitário Ateneu – Unidade Grand Shopping. E-mail: jailtonpdasilva17@gmail.com

⁴ Acadêmica de graduação em Psicologia do Centro Universitário Ateneu – Unidade Grand Shopping. E-mail: robertalia.brito@gmail.com

⁵ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP Unifor). Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Ateneu – Unidade Grand Shopping. E-mail: iasminnyteixeira@professor.uniateneu.edu.br

ABSTRACT

The objective of this study was to discuss the role of the psychologist in the process of school inclusion of transgender students in Brazilian basic education, in the light of school psychology, through an integrative literature review. Based on the approaches of the authors Butler, Nery, Franco and others, we discuss the concept of gender, the role of the psychologist in this context, constitutional rights, violence committed against the LGBTQIAP+ population, in order to study, understand and explore the educational policies for inclusion and integration in the school environment of this population. It was found, through this research, that, although there are LGBT policies, they are mostly aimed at adults. As a result, the creation of policies for the student group that enters basic education, which suffers exclusion and prejudice in schools, is not encouraged, which triggers the process of school dropout due to the lack of integration. Throughout the study, it was clear that it is impossible to measure the suffering and anguish that plagues transgender students day after day in the school environment. In view of the above, the school psychologist can act as a support and welcoming network for these young people, promoting actions that enable this inclusion and minimum comfort for trans students, given that the majority find themselves in a situation of psychological suffering due to the many adversities that are mentioned throughout the study

Keywords: Transsexuality. School inclusion. Education. School psychology.

1 INTRODUÇÃO

Encarar como pauta de pesquisa a visibilidade de adolescentes transgêneros no ensino médio na educação brasileira é desafiador, visto que há pouco tempo enfrentamos um período turbulento em nossa história sócio-política, perpassada pela intolerância, expressa por discursos de ódio carregados de preconceitos, que se fortalece, segundo Torres (2020), à medida que encontra espaço nas mídias sociais (TORRES; SARAIVA; GONZAGA, 2020), e essa violência também atinge as minorias sexuais, que abrange a população LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual e mais outros).

É fato o aumento das minorias sexuais⁶ LGBTQIAP+, que atualmente são reconhecidas como população e não mais como comunidade. Cabe ressaltar que não há uma faixa etária determinada para a transgeneridade: o processo de resignificação de si e a aceitação podem acontecer com crianças, adolescentes, adultos e idosos. Partindo desta primícia, é fundamental uma abordagem educacional de inclusão no contexto escolar, visto que esta população também

6

Minorias sexuais: Grupo socialmente menos favorecido que abrange a diversidade de gênero pertencente à população LGBTQIAP+.

se insere no ambiente educacional. Em uma pesquisa inédita, o IBGE (2019) catalogou 2,9 milhões de adultos declarantes homossexuais ou bissexuais.

Com o crescimento da população LGBTQIAP+, houve um aumento nos índices de violência e intolerância contra as minorias sexuais. Uma pesquisa de campo realizada em 2014 pela Universidade Estadual do Mato Grosso, em escolas de todos os estados brasileiros, coletou dados que corroboram esse índice de violência, já que praticamente todas as escolas pesquisadas mencionaram preconceitos de gênero. O mais agravante foi alguns professores do estado do nordeste admitirem ter preconceitos quanto à orientação sexual (BRASIL, 2014). O portal do G1 publicou, em junho de 2022, dados do aumento da violência de 35,2% em 2021 em relação a 2020. Tais dados enfatizam a necessidade do envolvimento de uma prática que informe, acolha e conduza soluções tangíveis para o melhor bem-estar da população em questão.

Diante do exposto, pode-se apresentar a psicologia escolar como um percurso entre a teoria e a práxis desse saber-poder, bem como desse acolhimento, tendo como base que esta ciência contribui para o processo de inclusão e acolhimento de alunos transgêneros no ambiente escolar, haja vista que ela foi a principal porta de entrada para o profissional de psicologia nesse âmbito da violência contra alvos minoritários (BARBOSA, 2012).

Como supracitado, fica claro que a psicologia escolar não deve focar-se somente no ensino/aprendizagem e nem limitar-se aos muros da escola; ela deve abraçar a diversidade presente neste contexto e ampliar suas intervenções aos professores e familiares com práticas de inclusão, tendo em vista pesquisas que comprovam preconceitos de gênero partindo dos próprios professores (TORRES *et al.*, 2020; BRASIL, 2014).

Franco (2018) versa que a escola prioriza o ensino/aprendizagem, bem como a manutenção das normas culturais que constituem a sociedade. É importante ressaltar que a cultura de um povo não é imutável, ou seja, está em constante processo de mudança, já que a construção do conhecimento favorece essa mudança na cultura e nas normas sociais. Evidencia-se que estas mudanças se estendem às normas de gênero. Antes, o que diferenciava o homem da mulher era um padrão fisiológico nomeado de sexo masculino e feminino. Hoje, compreendemos que estes conceitos entre ser homem e ser mulher vão além de uma fisiologia.

Com a falta de conhecimento das normas de gênero, houve uma crescente na transfobia, um fenômeno que está muito presente no ambiente escolar. Manifestações de ódio àqueles que não atendem às normas padrões da sociedade macho/fêmea aumentam consideravelmente de forma cada vez mais violenta e invasiva, e, como dito anteriormente, medidas de intervenções são indispensáveis para amenizar esse processo de segregação humana (FRANCO, 2018).

Mediante a esse construto, este trabalho de pesquisa tem como objetivo geral discutir acerca do papel do psicólogo no processo de inclusão escolar de alunos transgêneros do ensino básico da educação brasileira, sob a luz da psicologia escolar, e tem como objetivos específicos: (1) compreender o conceito de inclusão escolar na vivência da transgeneridade alunos do ensino básico brasileiro; (2) elucidar questões relacionadas à violação de direitos sociais e constitucionais dos alunos transgêneros; (3) consolidar a importância do psicólogo nas escolas frente às demandas de violência de gênero.

A primeira sessão do estudo irá endossar sobre o conceito de gênero na contemporaneidade, na perspectiva de Judith Butler, referência na abordagem de gênero, como também o seu conceito de acordo com o DSM-5. Além disso, trará reflexões de alguns autores sobre a identidade de gênero e suas relevâncias. Em seguida, será abordado o contexto de violação dos direitos sociais e o distanciamento entre a realidade e a aquiescência. A terceira sessão versa sobre o papel do psicólogo no processo de inclusão escolar e, posteriormente, como esse profissional pode atuar no contexto de violência que envolve a população LGBTQIAP+, para favorecer a inclusão de alunos transgêneros no ensino médio das escolas brasileiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O conceito de gênero na contemporaneidade

Compreender o conceito de gênero é o primeiro passo para uma política de inclusão no contexto escolar, ambiente objeto de estudo desta pesquisa. Butler (2022) desvincula a teoria do gênero à construção social de gênero. Alguns profissionais defendem a tese de que o gênero pode ser determinado e/ou construído; que ser homem ou mulher tem relação com padrões de comportamentos femininos e masculinos. Butler (2022) admite o fator genético, mas que este não é determinante para a identidade de gênero. Gênero também não é uma questão normativa. Conforme a autora, “Afirmar que gênero seja uma norma não é bem o mesmo que dizer que existam visões normativas de feminilidade e de masculinidade, embora estas de fatos existam. Gênero não é exatamente o que se é nem é precisamente o que se tem” (BUTLER, 2022, p. 76).

Ainda sobre o conceito de gênero, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) versa que “transgênero refere-se ao amplo espectro de indivíduos que, de forma transitória ou persistente, se identificam com um gênero diferente do de nascimento”. Desse modo, transgênero refere-se a uma pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi

atribuído ao nascer. Cabe ressaltar que transgeneridade não é doença, portanto devemos rejeitar qualquer discurso de cura para aquilo que não é patologia. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2018, retirou a transexualidade da lista de transtornos mentais e a classificou no CID 11 (Código Internacional de Doenças) como incongruência de gênero.

No senso comum, persiste uma grande confusão no conceito de gênero e sexo que perpassa o tempo, e muitos associam identidade de gênero com orientação sexual. Essa desinformação gera ainda mais preconceito e discriminação. A ignorância reforça esse comportamento de rejeitar aquilo que se desconhece. Identidade de gênero refere-se a como o indivíduo se identifica, se como homem, mulher ou não binário, independente da fisiologia de nascimento ou normativas estabelecidas pela sociedade do que é ser homem ou ser mulher. Orientação sexual tem conceitos bem mais amplos e trata-se na maneira como o indivíduo vivencia suas relações afetivas (OKA; LAURENTI, 2018).

Nery (2022) afirma que não se identificar com o gênero de nascimento não é resultado de uma aversão ao próprio corpo, deixando claro que se trata de algo intrínseco. Essa não identificação associada aos estereótipos de gênero causa um grande sofrimento psicológico, e, claro, faz-se necessário intervenção, de um acolhimento adequado, seja na saúde, na sociedade e nas instituições públicas e privadas.

A sigla LGBTQIAP+ configura um movimento social e político de uma população que busca seus direitos das diferentes expressões de gênero, bem como seus direitos legais constitucionais, como uso do nome social e cirurgias de redesignação sexual. O marco desse movimento se deu em 28 de junho de 1969 com a Revolta de Stonewall. Os frequentadores do bar Stonewall Inn se uniram contra as abordagens de exclusão dos processos de socialização humilhantes, o que incentivou uma série de manifestações e confrontos por vários dias no bairro de Greenwich Village, em Nova York 2 (CRUZ *et al.*, 2022).

Diante destes contextos de exclusões sociais e conceitos teóricos sobre LGBTQIAP+, busca-se compreender, através desta pesquisa, como intervir de forma eficaz no combate ao preconceito e à violência e favorecer uma inclusão no mínimo satisfatória de alunos transgêneros no ambiente educacional, sob a luz da psicologia escolar.

2.2 O papel do psicólogo no ambiente escolar e sua contribuição para a inclusão de alunos transgêneros no ensino médio das escolas brasileiras

A Psicologia Educacional é um campo de estudo que tem como objetivo entender como as pessoas aprendem e se desenvolvem ao longo da vida, e como essa compreensão pode ser aplicada para melhorar a educação. É uma área que se concentra em como os fatores psicológicos afetam o processo de aprendizagem e como as estratégias educacionais podem ser desenvolvidas para todos os alunos (SILVA *et al.*, 2022).

Os psicólogos educacionais trabalham em escolas, universidades e em outros ambientes e espaços de aprendizagem para ajudar a desenvolver programas educacionais e políticas, podendo também realizar pesquisas para entender melhor como os estudantes aprendem e desenvolvem determinadas habilidades, e como essas habilidades podem ser aprimoradas no meio de convivência (MARINHO-ARAÚJO, 2010).

A Psicologia Educacional é eficaz em identificar problemas que afetam a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual dos discentes, além de ajudá-los a lidar com questões, como transtornos de aprendizagem, problemas emocionais ou comportamentais. É importante que o profissional trabalhe juntamente com os professores, pais e outros profissionais para desenvolver estratégias educacionais que garantem que todos os estudantes recebam o suporte necessário para atingir êxito (BARBOSA, 2012).

É esta área que se concentra em como as pessoas aprendem e se desenvolvem ao longo da vida, e como essa compreensão pode ser aplicada para melhorar a educação. Neste contexto, o psicólogo pode influenciar significativamente no desenvolvimento cognitivo, emocional, social dos alunos, podendo ajudar a promover um ambiente saudável e acolhedor que favoreça o aprendizado e o bem-estar (NUNES, 2020). E como ênfase, lidar com situações de conflito entre alunos, professores e pais, buscando soluções que promovam a convivência pacífica e saudável, sempre buscando novas estratégias de prevenção e intervenção em casos de bullying, violência, discriminação, entre outras questões, além de se preocupar com a inserção dos grupos minoritários neste ambiente, tudo para garantir que os estudantes estejam aprendendo e se desenvolvendo adequadamente (MONTEIRO *et al.*, 2017). Esta função sempre tem o intuito de promover um ambiente saudável, acolhedor e propício ao aprendizado, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a formação de indivíduos saudáveis emocionalmente e capazes de lidar com as demandas da vida.

Marinho-Araújo e Almeida (2005) reafirmam a importância da dimensão preventiva do psicólogo escolar, incluindo ações e estratégias para facilitar e incentivar a construção de procedimentos de ensino diversificado, reflexão e conscientização de funções, atuações e responsabilidades dos sujeitos, e superação dos obstáculos à apropriação do conhecimento.

Estudos indicam que a relação entre a Educação e a Psicologia se constituiu ao longo da história de forma delicada e assimétrica, colocando a Psicologia no lugar de normatizadora da prática pedagógica. Este relacionamento passou por várias transformações, sendo a psicologia um conhecimento e uma prática a serviço de interesses conservadores e capitalistas, mas contribuiu para reflexões revolucionárias e emancipatórias (CHAGAS; PEDROZA, 2013).

A regulamentação do profissional baseada na lei (Lei 4.119/62, de 27 de agosto) marca o início de uma trajetória para o psicólogo, incluindo a utilização de métodos e técnicas psicológicas, orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica, ensino e supervisão, atividades em setores públicos e serviços, e solução de problemas de ajustamento.

Freitas (2017) destaca que os processos de redemocratização do Brasil contribuíram para que a Psicologia refletisse sobre a necessidade de atuar nas populações menos favorecidas da sociedade. Estudos de diversos autores abordam a questão da formação em Psicologia no Brasil, abordando concepções, práticas, paradigmas e aperfeiçoamentos dos processos de formação atravessados por questões encorajadoras, ideológicas, políticas e sociais (SANTOS; TOASSA, 2015; MARINHO-ARAUJO, 2016).

O psicólogo escolar destaca a necessidade de perceber a realidade concreta, permeada por relações de dominação, em que as condições de trabalho precárias favorecem os processos de alienação. Além disso, os psicólogos que trabalham com demandas escolares precisam repensar a orientação de suas ações, buscando consolidar sua prática em um referencial teórico crítico, garantindo os processos de emancipação e transformação por meio de um compromisso social imprescindível (LOPES, 2016).

A Psicologia Educacional foi uma das principais portas de entradas para o crescimento da Psicologia no Brasil, sendo esta a principal responsável em dar início a atuação prática do profissional de Psicologia em todo o país, dando sentido pragmático aos saberes produzidos nessa disciplina (BARBOSA, 2012).

Na década de 1930, houve grande crescimento e necessidade de uma política de segregação dos alunos, surgindo, então, o modelo escolanovista com foco muito individual no aluno e em sua aprendizagem, resultando em uma necessidade de resolver o problema do discente que não consegue aprender de forma satisfatória, aquele que está fora da norma considerada padrão e aceitável pela sociedade. Contudo, formou-se uma base para a Psicologia Educacional da identificação e testagem, classificando as crianças de acordo com seu nível de aprendizagem. Esse modelo perdurou por muitos anos no Brasil, gerando laudo e

encaminhamentos e, sem dúvida, foi uma realidade desafiadora para o psicólogo educacional na época (BARBOSA, 2012).

É fato afirmar que na contemporaneidade as demandas escolares vão além das necessidades acadêmicas dos alunos. Com o fácil acesso às informações, às fake news, às influências políticas, sociais, econômicas e ideológicas, houve uma crescente nas demandas escolares. Diante desse contexto, faz-se necessária uma intervenção que vá além das salas de aula, do corpo discente, que abrace também os professores e familiares, pois a escola, segundo Torres *et al.* (2020), não se limita mais aos seus muros.

Mediante a tantas demandas escolares, fica clara a importância de um profissional de psicologia no ambiente escolar. Santos e Queiróz (2021) reforçam a importância de uma intervenção de diálogo heterogêneo, que abrace todas essas divergências presentes no ambiente escolar. E este trabalho de pesquisa busca aprofundar um contexto pouco explorado nas literaturas: a inclusão de alunos transgêneros no ensino médio das escolas brasileiras.

Uma intervenção de inclusão dentro das escolas se faz necessária para mudar essa realidade crescente de violência e intolerância. Santos e Queiroz (2021) ressaltam a necessidade de (re)elaborar e (re)afirmar práticas educacionais que favoreçam as diferenças sociais presentes neste contexto. Estas práticas educacionais citadas pelos respectivos autores, além das diferenças sociais, devem abraçar também as minorias sexuais e suas particularidades e necessidades.

2.3 A violação de direitos sociais e constitucionais dos adolescentes transgêneros

Reconhecendo que a escola é representada pelas mais variadas esferas sociais, Santos e Queiroz (2021) versam que não se espera que a construção de uma convivência pacífica entre essas diferenças sociais aconteça sem conflitos. Entretanto, estes embates e conflitos podem ser mediados por práticas pedagógicas e dialógicas que estimulem o reconhecimento destas diferenças sociais e culturais nas escolas e na sociedade, sendo fundamental que essa construção de uma convivência pacífica abrace a diversidade de gênero.

A partir desse pensamento, podemos dizer sobre a importância do psicólogo no debate entre diferenças de gêneros, já que, ao longo da história, houve uma construção para a definição dos sexos opostos entre masculino e feminino, alimentando a simplicidade entendida e estudada biologicamente entre homem e mulher dentro do âmbito cultural e social (FRANCO, 2018).

Mas vejamos, se cada sujeito pode se ver dentro de sua singularidade e se achar pertencente ou não a algum grupo específico, partindo daquilo onde ele(a) se sente acolhido, confortável, atraído, familiarizado, não se espanta um corpo não se sentir bem a um grupo que a sociedade tenta lhe impor já no seu nascimento, a partir do momento que esse sujeito toma conhecimento de si próprio, no que se diz aos seus desejos internos expostos e contrapostos aos desejos da sociedade ou cultura como aqueles definidos no seu processo de formação de identidade, no qual define ele(a) próprio e que, por motivos falhos, como falta de política social mais inclusiva, são deixados de lado às margens da estruturação social, por exemplo, das preocupações dos sistemas educacionais (FRANCO, 2018).

Portanto, há sim uma necessidade explícita ou implícita por uma parcela da sociedade dependendo de seu ponto de vista, que é preciso abrir discussões sobre a qualificação da educação no Brasil não só olhando para a parte métrica, mas também na responsabilidade de inclusão social mais adequada, principalmente para minorias que se sentem retraídas por não terem um ambiente mais acolhedor ou estruturado para isso, estruturado no sentido de ter um corpo docente mais preparado para um tipo de acolhimento melhor, mais presente, como ter uma supervisão técnica de um(a) psicólogo(a) (FRANCO, 2018).

2.4 A violência praticada contra a população LGBTQIAP+

Embora se perceba conquistas significativas nas políticas públicas de inclusão da população LGBTQIAP+, observa-se uma crescente nos índices de violência contra essa população. Nery (2022) versa, em seu livro, que as minorias sexuais compartilham o desejo de poder se entender, explorar, transicionar e vivenciar o sentimento de identificação de gênero sem medo de repressões no país com maior índice de violência de gênero, e que mais mata mulheres trans e travestis no mundo.

O portal do G1 publicou, em junho de 2022, dados dessa violência apontando um aumento de 35,2% em 2021 em relação a 2020. Vale destacar que a propagação da violência de gênero tem se intensificado pela facilidade de penetração no meio social, principalmente através das mídias sociais (TORRES; SARAIVA; GONZAGA, 2020), e que estes veículos de comunicação são fortes influenciadores, principalmente aqueles que estão em processo de construção do conhecimento, de formação de identidade, como os estudantes do ensino médio das escolas brasileiras.

Diante desta realidade, é substancial intervenções de um profissional de psicologia, para prevenir e combater a violência dentro deste contexto escolar, como citado anteriormente por Santos e Queiróz (2021), e que reforçam a importância de uma intervenção de diálogo heterogêneo, que abrace toda essa diversidade, e uma prática que vá além dos limites estruturais da escola e abarque toda a equipe docente e familiares, segundo Torres *et al.* (2020).

3 MÉTODO

Foi realizada uma revisão integrativa de literatura, a fim de investigar a relação do psicólogo escolar com os adolescentes transgêneros inseridos no ensino médio da educação brasileira. A revisão de literatura é uma ferramenta de metodologia que possibilita a construção de uma nova contribuição para a literatura a partir de estudos anteriores. Essa estratégia, por meio de critérios pré-estabelecidos, permite uma análise crítica e avaliação das produções científicas que foram construídas sobre uma temática (DEUS; DIAS, 2016).

Serão adotadas as seguintes etapas para elaboração dessa revisão: formação de uma questão norteadora, apontamento dos critérios de inclusão e exclusão, análise e interpretação dos resultados encontrados, bem como realização de uma síntese do conhecimento (RÜCKERT; CUNHA; MODENA, 2018).

3.1 Seleção da literatura

Esse tipo de revisão contribui na ampliação das discussões sobre determinado assunto, tornando possível reunir e analisar, a partir de critérios estabelecidos, os resultados obtidos, como investigações em certos temas e/ou áreas, e, a partir disso, oferecer sugestões para a realização de futuras pesquisas (BEYA; NICOLL, 1998).

Este trabalho apresenta os resultados investigados a partir da busca de artigos nacionais que versam sobre minorias sexuais, inclusão escolar e educação brasileira, que tenham sido publicados nos últimos cinco anos. O levantamento foi realizado nas primeiras duas semanas do mês de março de 2023, nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Google Acadêmico. A pesquisa ocorreu por meio da combinação de palavras-chave, as quais foram intermediadas pelo uso do operador booleano “AND”. Dessa maneira, as estratégias de busca aplicadas foram: (a) minorias sexuais AND inclusão escolar e (b) psicologia escolar AND inclusão. Cabe mencionar

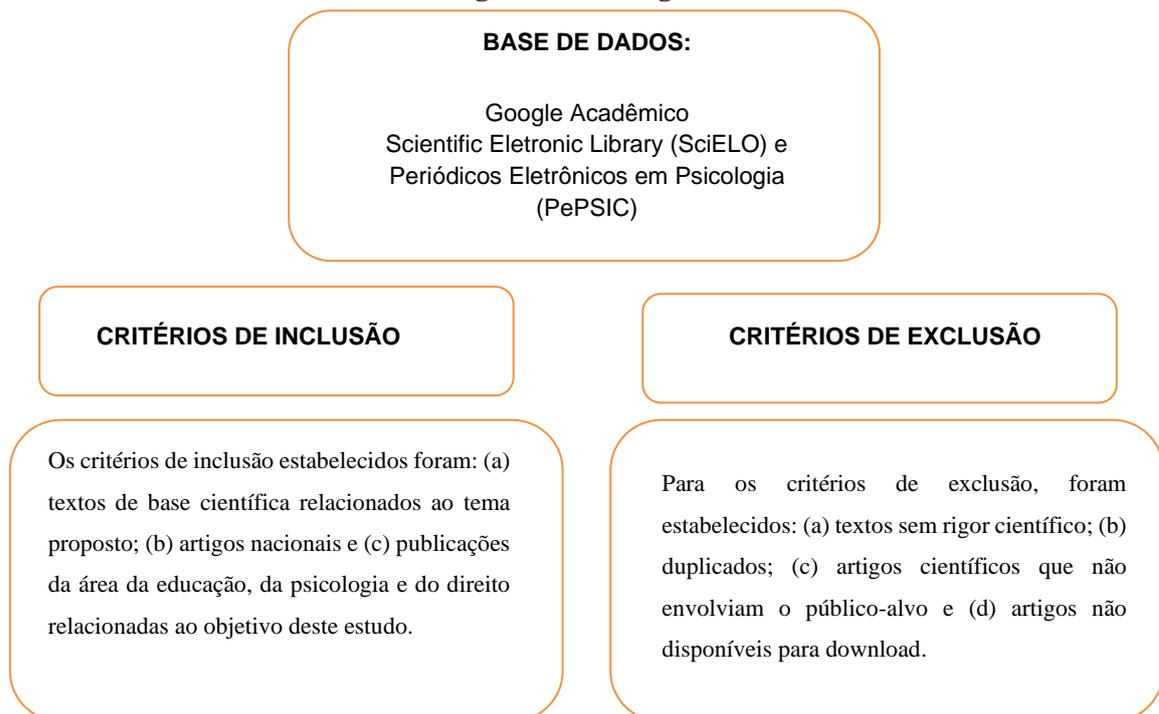
que, nesta revisão, optou-se por empregar o termo minorias sexuais em vez de população LGBTQIAP+ para conferir uniformidade à discussão tendo em vista que a SciELO não utiliza o segundo termo como descritor.

3.2 Critérios de inclusão e de exclusão

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: (a) textos de base científica relacionados ao tema proposto; (b) artigos nacionais e (c) publicações da área da educação, da psicologia e do direito relacionadas ao objetivo deste estudo.

Para os critérios de exclusão, foram estabelecidos: (a) textos sem rigor científico; (b) duplicados; (c) artigos científicos que não envolviam o público-alvo e (d) artigos não disponíveis para download.

Figura 1 – Fluxograma



Fonte: autoria própria.

3.3 Procedimentos

De maneira inicial, foram realizadas buscas nas bases de dados dispostas a partir das combinações dos descritores selecionados. Partindo da leitura a priori dos resumos, cada artigo

foi selecionado para a pesquisa a partir dos critérios de inclusão e exclusão. Foram considerados dados dos artigos em questão, tais como: a) resumo; b) idioma; c) revista; d) autores e e) apontamentos das questões relacionadas às minorias sexuais e sua relação com a inclusão escolar. A análise do conteúdo ocorreu a partir de três fases fundamentais (BARDIN, 1977), nas quais foram dispostas as seguintes fases: a) pré-análise; b) exploração do material e c) tratamento dos resultados. A partir da análise dos artigos, também foi possível elaborar os resultados e as discussões deste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Depois de identificados e selecionados artigos válidos a partir de 2017, um intervalo de pouco menos de seis anos, foi notado que houve um aumento de variações dentro do tema específico orientado para o estudo e análise, o que podemos ver como um ponto positivo, já que gera conteúdo para estudos, compreensões e discussões sobre o assunto, porém vale ressaltar que ainda é um assunto bastante confrontado de maneira agressiva por parte da sociedade, causando retrocesso no processo de maturidade cultural.

Buscando relações entre o profissional da Psicologia e o processo de inclusão escolar, esse estudo traz como objetivo geral, discutir acerca do papel do psicólogo no processo de inclusão escolar de alunos transgêneros do ensino básico da educação brasileira, sob a luz da psicologia escolar e como objetivos específicos (1) compreender o conceito de inclusão escolar na vivência da transgeneridade alunos do ensino básico brasileiro; (2) elucidar questões relacionadas à violação de direitos sociais e constitucionais dos alunos transgêneros; (3) consolidar a importância do psicólogo nas escolas frente às demandas de violência de gênero.

É fundamental buscar formas de adequação e melhoria para que esses jovens alunos possam ter uma educação de qualidade com segurança e respeito, pois é difícil, se pensar em um ambiente onde deveria ser um local de acolhimento e aprendizado como sociedade civilizada e moderna em que as diferenças não deveriam ser um problema e sim uma evolução para aquilo que chamamos de educação, onde a diversidade deveria andar em harmonia com o respeito. E que se possa diminuir a evasão desse mesmo grupo de pessoas pois a educação é um direito digno a qualquer indivíduo dentro da sociedade, sabendo que através de discriminação, transfobia, exclusão e violência, trazem consequências irreparáveis a estas pessoas como baixo grau de escolaridade e a demanda de ter um emprego informal como forma de sobrevivência.

Por fim, contribuir de forma científica a pesquisas e discussões sobre esse assunto de forma responsável com dados fidedignos que possam relacionar essa inquietação a toda violência sofrida por essa minoria e que por muitas vezes parece passar despercebida aos olhos de uma grande parcela da sociedade. Assim Foi possível encontrar artigos que conciliam a contribuição da inserção dessa minoria nas escolas de maneira mais educativa através do trabalho em conjunto entre corpo docente, responsáveis e psicólogos, e outros que abordam o tema de como pode ser importante a profissão do psicólogo para esse desenvolvimento estrutural e cultural em qualquer área educacional. Somados, foram encontrados n=34 artigos publicados que atendiam os critérios para a utilização de análise do material literário.

Tabela 1 – Pesquisas selecionadas para coleta de dados

| ANO | TÍTULO | AUTORES | FONTE |
|------------|---|--|--|
| 1962 | Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962 | BRASIL | Editora Unesp |
| 1977 | Análise de conteúdo | BARDIN, L. (1977) | Lisboa edições, 70, 225 |
| 2005 | Psicologia escolar: Construção e consolidação da identidade profissional | MARINHO-ARAÚJO, C. M; ALMEIDA, S. F. C. | Campinas, SP: Alínea |
| 2007 | Psicologia escolar e educacional: história, compromisso e perspectivas | ANTUNES, M. A. M. | Psicologia Escolar e Educacional |
| 2008 | Políticas atuais de inclusão escolar: reflexão a partir de um recorte conceitual | PATTO, M. H. S. | Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise |
| 2012 | Contribuições para a construção da historiografia da Psicologia educacional e escolar no Brasil | BARBOSA, D. R. | Psicologia: Ciência e Profissão |
| 2013 | Psicologia escolar e gestão democrática: atuação em escolas públicas de Educação Infantil | CHAGAS, J. C.; SUCUPIRA PEDROZA, R. L. | Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional |

| | | | |
|------|---|--|--|
| 2014 | Diversidade sexual na escola: uma análise das representações sociais de educadores/as | SOUSA, L. J.; SILVA, J. P.; SANTOS, C. | REEDUC – Revista de Estudos em Educação |
| 2015 | A formação de psicólogos no Brasil: uma revisão bibliográfica | SANTOS, F. D., TOASSA, G. | Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional |
| 2016 | Avós cuidadores e suas funções: uma revisão integrativa da literatura | DEUS, M. D. de; DIAS, A. C. G. | Pensando famílias |
| 2016 | Para além da formação continuada: o compromisso social do psicólogo que trabalha com demandas escolares | LOPES, J. A. | Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Uberlândia |
| 2016 | Inovações em Psicologia Escolar: o contexto da educação superior | MARINHO- ARAUJO, C. M. | Estudos de Psicologia I |
| 2017 | Formação continuada com psicólogos escolares da Ceilândia-DF: potencialidades da pesquisa intervenção | FREITAS, R. A. | Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Brasília |
| 2017 | Transexualidade infantil na Psicologia: uma revisão bibliográfica | MONTEIRO, F. S. T. C. <i>et al.</i> | Revista Mangaio Acadêmico |
| 2017 | A escola transformadora: da escola que temos à escola que queremos | PATTO, M. H. S. | Ambiente Virtual Maria Helena Souza Patto |
| 2018 | Transfobia e cotidiano escolar: impactos na relação docente/discente | FRANCO, N. | Educação, Diversidades Culturais, Sujeitos e Saberes |
| 2018 | Intervenção institucional: ampliação crítica e política da atuação em psicologia escolar | MARINHO- ARAUJO, C. M. | Desafios e bastidores na educação pública |

| | | | |
|------|---|--|---|
| 2018 | Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde | OKLA, M; LAURETI, C. | Saúde e Sociedade |
| 2018 | Saberes e práticas de cuidado em saúde da população do campo: revisão integrativa da literatura | RÜCKERT, B.; CUNHA, D. M.; MODENA, C. M. | Interface-Comunicação, Saúde, Educação |
| 2018 | Educação: a importância do Psicólogo no contexto escolar | SANTOS, E. D.; BEZERRA, M. D. S. P. D. S.; TADEUCCI, M. D. S. R. | XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação |
| 2019 | Historicizando a Transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida | CANNONE, L. A. R. | Psicologia: Ciência e Profissão |
| 2019 | O nome social na educação básica: abordagens sobre gênero na escola | NORO, D., CRESPI, L. S.; NÓBILE, M. F. | Interfaces da educação |
| 2019 | Como lidar com a disforia de gênero (transexualidade): Guia prático para pacientes, familiares e profissionais de saúde | SAADEH, A. | 2. ed. São Paulo: Hogrefe, 2019. p. 9-142 |
| 2020 | O corpo trans em galeria: reflexões sobre o dispositivo da transexualidade | AZEVEDO, M.; BRAGA, N.; SILVA, F. | Revista Heterotópica |
| 2020 | Da utilização do nome social do menor transgênero na escola como manifestação de um sistema educacional inclusivo | LIMA, S. A. | Constituição, Economia E Desenvolvimento: Revista Eletrônica Da Academia Brasileira De Direito Constitucional |
| 2020 | Sexualidades no contexto escolar: violência ética e disputas por reconhecimento | TORRES, M. A.; SARAIVA, I. M. M.; GONZAGA, R. M.. | Revista Brasileira de Educação |

| | | | |
|------|--|--|---|
| 2020 | Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade | BUTLER, J. | 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira |
| 2021 | Transmasculinidade e teoria queer: a experiência corporal da infância à vida adulta | ALMEIDA, R. G. de; SANTOS, M. A. dos. | Psicologia & Sociedade |
| 2021 | Direito ao uso do nome social por estudantes transgêneros em contraposição ao poder familiar | CARMO, B. C. M. do; FUME, N. de L. F.; LIRA, W. P. de. | Educação |
| 2021 | 1,7 mil LGBTQIA+ foram vítimas de agressões físicas em 2021 | FARIAS, V. | g1 |
| 2021 | Práticas pedagógicas interculturais: (re)conhecendo as diferenças em sala de aula | SANTOS, R. B. R.; QUEIROZ, P. P. | Educação |
| 2022 | Faces da bifobia dentro (e fora) da comunidade LGBTQIAP+: reflexões a partir de narrativas de pessoas bissexuais | CRUZ, B. F.; LIMA, M. L. C.; CARNEIRO, L. R. C. | Sexualidad, Salud y Sociedad |
| 2022 | Vidas trans: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social | NERY, J. <i>et al.</i> | 2ª edição. Editora Astral Cultura |

Fonte: autoria própria.

A partir da leitura completa dos artigos, foram identificadas 2 categorias que dissertam sobre a temática, podendo ser feita a interpretação para uma discussão, sendo elas: 1) A inserção social de crianças e adolescentes transgêneros nas escolas e 2) Inclusão e integração social da criança e do adolescente transgênero no ambiente escolar: Um exercício de direito, saúde pública e cidadania.

4.1 Uma nova visão para a educação

A lei de nº 8.069, de 13 de julho de 1990, presente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), discorre com muita clareza sobre o direito da criança de ser resguardada e protegida em todos os níveis, como física, psíquica e moral, independente do ambiente em que ela possa se encontrar, portanto, é de responsabilidade de seus pais ou responsáveis entender que essa criança ou adolescente necessita de cuidados, cuja naturalidade sexual que venha a existir seja protegida, contribuindo para o seu desenvolvimento biopsicossocial e protegendo também sua identidade de gênero, através de conscientização e educação de todos os envolvidos.

O período da infância considerado bastante importante no desenvolvimento da personalidade é também onde começa a formação da identidade de gênero, portanto, é possível notar-se as características de cada indivíduo já muito cedo, e com essa visibilidade podendo a criança correr riscos como opressão ou preconceito dos demais, criando o medo de ser o que ela é de fato numa próxima fase de sua vida. Isso torna sua naturalidade algo reprimido e nada saudável para sua formação psicossocial, logo, é necessário tornar essas características, práticas e sociais, dentro de qualquer ambiente social, pois assim seremos seres muito mais civilizados de fato, corroborando Torres *et al.* (2020) que enfatiza a importância de uma educação para além das limitações arquitetônicas da escola.

Lembrando que esses dados discutem sobre crianças e adolescentes, ou seja, perpassa por um período em que elas ainda se encontram sob a tutela de escolas e centros educacionais (em boa parte de seu período diário), e que deveriam ter o mínimo de proteção possível e conscientização dos demais que não se encaixam neste grupo, pois, como cidadãos, devemos respeitar a diversidade e com olhar mais civilizado, pois não é ela que faz um mal para a sociedade, e sim a sociedade que faz um mal a ela, a esse grupo de minorias que só exige o respeito como pessoa e cidadão de qualquer outra sociedade contemporânea.

4.2 Não nos esqueçamos daqueles que afligem, e não nos esqueçamos dos afligidos

Como desenvolver a sociedade sem desenvolver a educação?

É importante abrir uma reflexão sobre o mundo moderno onde se discute sobre a inclusão e a integração social da criança e do adolescente transgênero no ambiente educacional e escolar, mas muito há a se discutir e definir sobre como se deve agir, visando uma melhor abordagem sobre o assunto e sobre essas crianças e adolescentes, como usar uma definição binária para uso de identidade de gênero, por exemplo. Não podemos pensar somente na divisão

binária entre homem e mulher através do desenvolvimento biológico, pois esse não é o único que nos define como seres, mas também o nosso desenvolvimento biológico, psíquico e social, assim como a aparência física difere de outros simplesmente pelo fato do desenvolvimento biológico se diferenciar por conta da sua localização no planeta, o que não dá direito a nenhum de se colocar com poder sobre o outro independente de sua identidade de gênero, cor ou classe social. Enquadrar aqueles que não se encaixam parece ir contra aquela ideia utópica e hipócrita de que devemos nos respeitar e nos amar.

É injusto, cruel e, no mínimo, preguiçoso pararmos simplesmente na divisão binária, na simples separação entre homem/mulher, definir a sua identidade de gênero, orientação sexual ou sua sexualidade a partir de seu nascimento e esquecer que após isso o ser humano tem fases de desenvolvimento como pessoa, como é o caso da escolha do objeto citado na obra de Foucault (SPARGO, 2019), pois ele diz que nem sempre se constitui a base para a identidade e nem é crucial para algo, e nem é o fator crucial para toda e qualquer pessoa sobre a sexualidade.

Dá-se a importância da discussão desse tema em todos os campos da sociedade e principalmente em escolas, lugar onde deveria sempre ensinar o respeito às diferenças, pois elas existem e isso não deveria ser um problema, e sim uma naturalidade como um todo. Dá-se a importância também da presença de um(a) psicólogo(a) em todas as instituições educacionais, pois é necessário aprimoramento nas abordagens educacionais no corpo docente e um trabalho eficaz e preventivo, já que são situações mutiladoras do psiquismo humano, por isso, cruel e criminosa.

Alguns cegos cognitivos de tanta informação precipitada e rasa pensam ser “absurdo” a diversidade e esquecem quem é a vítima de verdade; colocam-se como verdade absoluta e esquecem do quanto estão sendo desumanos ao impor algo a uma pessoa que vai contra sua dignidade, o básico de toda sociedade. E as escolas têm uma parcela de culpa por não refletir sobre o assunto.

Assim, não podemos deixar que nossa educação se limite a fórmulas e regras gramaticais; é necessário também aprender, com os fatos históricos e os pensamentos filosóficos, sobre o ser humano e o seu desenvolvimento, pois é preocupante como a humanidade tem a capacidade de esquecer de algo tão simples que nos foi ensinado tanto: amar o próximo, não importa quem seja.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo foi realizado por um grupo de acadêmicos a partir da inquietação particular de cada acerca das micro e macro violências que surgem como barreiras à inclusão de adolescentes transgêneros no contexto escolar. Cientes dos muitos contextos que se atravessam na temática, buscou-se sempre correlacionar Psicologia e Educação.

A importância desta pesquisa insere-se na reflexão acerca da inclusão de adolescentes transgêneros, que deveria ser uma questão basilar, visto que diariamente e em diversos ambientes as pessoas que estão inseridas na população LGBTQIAP+ não são respeitadas pela sociedade, quando esta exclui ou rotula aqueles que não se enquadram em seus padrões preestabelecidos – no caso, os padrões heterossexuais. Crianças e adolescentes transgêneros são excluídos e privados do ambiente escolar por serem “diferentes”, o que traz às suas vidas consequências que vão desde o baixo grau de escolaridade, já que a maioria abandona o ambiente escolar em razão do comportamento de exclusão social praticado, até sua colocação em empregos informais no mercado de trabalho.

As condutas descritas são eivadas de discriminação, violência, transfobia e exclusão, e acarretam uma grave questão de políticas públicas voltadas para o público trans na infância e adolescência, já que as políticas existentes abarcam apenas indivíduos transgêneros na fase adulta.

Ao longo do estudo, foi perceptível que é impossível mensurar o sofrimento e a angústia que assola os adolescentes transgêneros dia após dia no ambiente escolar. A pesquisa nos impulsiona a pensar criticamente sobre essa estrutura social que é conivente com o fato de um adolescente iniciar seu dia na rotina escolar pensando na possibilidade de sofrer exclusão, discriminação e preconceito, considerando que esse local deveria ser um refúgio, onde as diferenças não deveriam existir, pois a função da escola é, também, formar um cidadão com valores morais. Permitir que estes adolescentes experimentem diariamente a transfobia e o bullying é afirmar que a dignidade não é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal Brasileira.

O psicólogo escolar atuando como rede de apoio e acolhimento para estes jovens, promovendo rodas de conversas e ações que viabilizem essa inclusão são atividades básicas que podem promover o mínimo de conforto para os adolescentes trans, visto que a maioria se encontra em uma situação de sofrimento psíquico devido às muitas adversidades já relatadas.

Também cabe ao psicólogo escolar capacitar os professores e demais profissionais que atuam nas escolas para que possam tratar da temática com os alunos de forma mais consciente e educadora, para que esses alunos possam se transformar em vetores de transmissão dessas informações e gradativamente proporcionar uma mudança de pensamento em todos aqueles que veem o indivíduo trans como algo anormal e abjeto.

Caso contrário, corre-se o risco de a escola se tornar mais um local em que o discurso heteronormativo prevalecerá, continuando como mera ferramenta de reprodução dos valores hegemônicos, e não do respeito à diversidade e aceitação do outro independentemente de suas características, sejam elas culturais, sociais, econômicas ou de gênero. Há uma questão muito maior, que vai além das fronteiras da escola. Todavia, é na escola que se dá o primeiro passo para a formação de uma sociedade esclarecida.

Por fim, acreditamos que o tema da transgeneridade irá, em breve, aparecer com grande impacto nas pautas de lutas sociais e cada vez mais as crianças e adolescentes transgêneros ganharão espaço na nossa sociedade. Esperamos que esse Trabalho de Conclusão de Curso possa ser um canal para outras e futuras pesquisas como possibilidade de qualificar o debate, visibilizar a necessidade de cuidado ético político de crianças e adolescentes transgêneros, e transformar a sociedade na direção da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. G. de .; Santos, M. A. dos. Transmasculinidade e teoria queer: a experiência corporal da infância à vida adulta. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/5qk4589FNcSpbd7zxs7Ndts/?lang=pt#>>.

ANTUNES, M. A. M. Psicologia escolar e educacional: história, compromisso e perspectivas. **Cadernos de Psicopedagogia**, 6(11), 469-475, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>>.

AZEVEDO, M.; BRAGA, N.; SILVA, F. O corpo trans em galeria: reflexões sobre o dispositivo da transexualidade. **Revista Heterotópica**, v. 2, n. 2, ago. dez. 2020. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/56662/30708>>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARBOSA. Contribuições para a construção da historiografia da Psicologia educacional e escolar no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 32, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500008>>.

BEYA, S.; NICOLL, L. H. **Writing an integrative review**. AORN J 1998;674:877-80.

BRASIL, **Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962**. (1962, 5 setembro). Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Diário Oficial da União, Brasília.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BUTLER, J. **Desfazendo Gênero**. Editora Unesp, 2020.

CANNONE, L. A. R. Historicizando a Transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/MgsxScRgNWtdkrmkptwDwBC/?lang=pt#>>.

CARMO, B. C. M. do; FUME, N. de L. F.; LIRA, W. P. de. Direito ao uso do nome social por estudantes transgêneros em contraposição ao poder familiar. **Educação**, 46(1), 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.5902/1984644440406>>.

CRUZ, B. F.; LIMA, M. L. C.; CARNEIRO, L. R. C. Faces da bifobia dentro (e fora) da comunidade LGBTQIAP+: reflexões a partir de narrativas de pessoas bissexuais. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 38, p. e22207, 2022.

DEUS, M. D. de; DIAS, A. C. G. Avós cuidadores e suas funções: uma revisão integrativa da literatura. **Pensando famílias**, v. 20, n. 2, p. 56-69, 2016.

FARIAS, V. **1,7 mil LGBTQIA+ foram vítimas de agressões físicas em 2021**; 8 estados não têm dados sobre o tema. G1 Globo.com. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/28/17-mil-lgbqia-foram-vitimas-de-agressoes-fisicas-em-2021-8-estados-nao-tem-dados-sobre-o-tema.ghtml>>.

CHAGAS, J. C.; SUCUPIRA PEDROZA, R. L. Psicologia escolar e gestão democrática: atuação em escolas públicas de Educação Infantil. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, 17(1), 35-43, (2013).

FRANCO, N. Transfobia e cotidiano escolar: impactos na relação docente/discente. **R. Educ. Públ. Cuiabá**, v. 27, n. 65/1, p. 469-486 maio/ago. 2018. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/repub/v27n65s1/2238-2097-repub-27-65-s1-469.pdf>>.

FREITAS, R. A. **Formação continuada com psicólogos escolares da Ceilândia-DF: potencialidades da pesquisa intervenção**. 2017. (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Brasília (2017).

LIMA, S. A. Da utilização do nome social do menor transgênero na escola como manifestação de um sistema educacional inclusivo. **Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**. Curitiba, 2020, vol. 12, n. 22, p. 271-295, jan./jul. Disponível em: <<https://abdconst.com.br/revista23/Artigo%2010%20-%20Simone%20Alvarez%20Lima.pdf>>.

LOPES, J. A. **Para além da formação continuada: o compromisso social do psicólogo que trabalha com demandas escolares.** 2016. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Uberlândia, 2016.

MARINHO-ARAÚJO, C. M; ALMEIDA, S. F. C. **Psicologia escolar: Construção e consolidação da identidade profissional.** Campinas, SP: Alínea, 2005.

MARINHO-ARAÚJO, C. M. Inovações em Psicologia Escolar: o contexto da educação superior. **Estudos de Psicologia I**, 199-211, (2016).

MARINHO-ARAÚJO, C. M. Intervenção institucional: ampliação crítica e política da atuação em psicologia escolar. *In:* R. S. L. Guzzo (Ed.), **Psicologia escolar: Desafios e bastidores na educação pública** (p.153- 175). Campinas: Alínea, 2018.

MONTEIRO, F. S. T. C. *et al.* Transexualidade infantil na Psicologia: uma revisão bibliográfica. **Revista Mangaio Acadêmico**, João Pessoa, v. 2, n. 3, p. 61-68, 2017.

NERY, J.; ROCHA, M.; MOIRA, A.;BRANT, T. **Vidas trans: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social.** 2 ed. Editora Astral Cultura, 2022.

NORO, D.; CRESPI, L. S.; NÓBILE, M. F. O nome social na educação básica: abordagens sobre gênero na escola. **Interfaces da educação**, 10(28), 07–28. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.26514/inter.v10i28.3285>>.

OKLA; M. LAURETI, C. **Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde.** São Paulo, 2018.

PATTO, M. H. S. Políticas atuais de inclusão escolar: reflexão a partir de um recorte conceitual. *In:* BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. (Orgs.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise.** Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2008, p. 25-42. Disponível em: <<https://mariahelenasouzapatto.site/wp-content/uploads/2022/05/39-Politicasatuais-de-inclusao-escolar-reflexao-a-partir-de-um-recorte-conceitual.pdf>>.

PATTO, M. H. S. A escola transformadora: Da escola que temos à escola que queremos. *In:* KUPFER, M. C.; PATTO, M. H. S.; VOLTOLINI, R. **Práticas inclusivas em escolas transformadoras.** São Paulo: Ed. Escuta, 2017, p. 67-89. Disponível em: <<https://mariahelenasouzapatto.site/wp-content/uploads/2022/05/51-A-escolatransformadora-d-a-escola-que-temos-a-escola-que-queremos.pdf>>.

RÜCKERT, B.; CUNHA, D. M.; MODENA, C. M. Saberes e práticas de cuidado em saúde da população do campo: revisão integrativa da literatura. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 2018.

SAADEH, A. **Como lidar com a disforia de gênero (transexualidade):** Guia prático para pacientes, familiares e profissionais de saúde. 2. ed. São Paulo: Hogrefe, 2019. p. 9-142.

SANTOS, R. B. R.; QUEIROZ, P. P. Práticas pedagógicas interculturais: (re)conhecendo as diferenças em sala de aula. **Revista Educação UFSM Santa Maria**, v. 46, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/40573/pdf>>.

SANTOS, E. D.; BEZERRA, M. D. S. P. D. S.; TADEUCCI, M. D. S. R.. Educação: A importância do Psicólogo no Contexto Escolar. **XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação**, 2018. Universidade do Vale do Paraíba.

SANTOS, F. D.; TOASSA, G. A formação de psicólogos no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, 19(2), 279-288, 2015.

SOUSA, L. J.; SILVA, J. P.; SANTOS, C. Diversidade sexual na escola: uma análise das representações sociais de educadores/as. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 11, n. 25, 2014. Disponível em:
<<http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/841/512>>.

TORRES, M. A.; SARAIVA, I. M. M.; GONZAGA, R. M. Sexualidades no contexto escolar: violência ética e disputas por reconhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, n. 25, p. e250049, 2020. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/6DHYFLWMcLfgTQkHHVRqXqh/#>>.